

GAROTAS DISCRETAS: sexualidades menosprezadas

Maria Cristina Cavaleiro
Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP

As recordações dos anos de escola não deixam escapar muitas formas e maneiras – as sociabilidades - pelas quais foi experimentada a sexualidade: jogos e brincadeiras, os namoros nos corredores; professores/as que foram objeto de paixão; piscadelas; bilhetes; inscrições nas paredes, carteiras, etc. A escola está associada, de uma forma rica e complexa, à sexualidade, em dimensões que se inter-relacionam. Lugar onde os aluno/as “[...] se escolarizam como seres sexuais e de distinto gênero” (EPSTEIN E JOHNSON, 2000, p.14).

O que ocorre, nesse espaço, com jovens, garotas, que expressam o desejo afetivo e/ou sexual por outra (s) garota(s)? Esta foi a indagação central de pesquisa que buscou compreender valores, significados e percepções sobre as homossexualidades na escola e analisou os modos pelos quais as jovens elaboram suas experiências, como vivenciam as interações, a sociabilidade e constroem suas identidades no ambiente escolar (CAVALEIRO, 2009). Em termos metodológicos consistiu na adaptação da etnografia à educação, ou, como afirma Marli André (1995, p.28) “[...] um estudo do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito”, utilizando-se os seguintes procedimentos: observação participante no cotidiano escolar, encontros com professores (as) e estudantes para realização de entrevistas individuais e grupos de discussão.ⁱ

Da leitura exaustiva dos registros de pesquisa, os dados foram organizados em categorias de análise, levando em conta as temáticas mais frequentes, os aspectos contraditórios, discrepantes, ausentes, complementares, cujos recortes serão discutidos a seguir. Destacamos os efeitos da heteronormatividade fundada na heterossexualidade compulsória (RICH, 1986; BUTLER, 2003) materializados nas negações de reconhecimento (FRASER, 2008) de garotas - alunas – que não correspondem ao ideal normativo de sexualidade.

A sexualidade é política: breves anotações sobre heterossexualidade compulsória

“De sexo se habla mucho. Suscita sensaciones, sentimientos, incertidumbres, aparatos legales, pánico y placer. El sexo produce sujetos, hijos e disciplinas. El sexo es misterio, biología, pero sobre todo cultura y política” (Mario Pecheny)

Construir um olhar sobre a sexualidade humana num contexto social em que predomina o primado explicativo da biologia e da natureza constitui, sem dúvida, um desafio. Um caminho para estas discussões é a filiação ao conceito de construtivismo social que, “[...] reúne abordagens que buscam problematizar a universalidade do instinto sexual [defendido por teorias essencialistas]” (HEILBORN e BRANDÃO, 1999, p.3).

Essa perspectiva considera que cada sociedade possui um sistema de atribuição de valores aos diferentes sujeitos e práticas, revelando que estas relações não são inatas, mas sim construídas. Entende-se assim, que padrões comportamentais e normas, socialmente partilhados, estão calcados em valores históricos e culturalmente construídos. Nas afirmações de Michel Bozon

[...] homens e mulheres são ausentes de uma programação biológica [...] os seres humanos necessitam de um aprendizado social na coordenação de sua atividade mental e corporal para saberem de que maneira, quando e com quem agir sexualmente. (BOZON, 2004, p. 14).

No que tange a uma discussão sobre sexualidade, o conceito de gênero, cujo cerne é sair de explicações das desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas, para afirmar seu caráter social, histórico e político (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000), possibilita entender de que forma as relações de poder acabam por intervir produzindo condições de desigualdades aos sujeitos.

Compreende-se, assim, que os processos que histórica e culturalmente diferenciam homens e mulheres, homens entre si e mulheres entre si, produzem discriminações e violências, fundadas nas desigualdades produzidas entre eles. Resultam de um fenômeno social complexo que se fundamenta no universo de valores que conforma a nossa sociedade, cujos atributos tomados como parâmetro - padrão - do “normal” para a constituição das normas que regem o social, acabam por constituir uma hierarquia excludente. (VIANNA, 2011).

Esse padrão redonda numa imposição da heteronorma (heteronormatividade), cuja base fundadora é a heterossexualidade compulsória (RICH, 1986, BUTLER, 2003). Segundo Judith Butler, a heterossexualidade compulsória caracteriza-se por um discurso sobre o sexo que vincula, estreitamente, gênero, sexualidade e heterossexualidade

[um] modelo discursivo hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade. (BUTLER, 2003, p.16).

O pacto social heteronormativo interpela todos e todas, a se conformarem aos modelos afetivos, culturais e sociais da heterossexualidade. Constrange todos os indivíduos cuja experiência não pode ser descrita nem explicada em conformidade aos comportamentos ditos “legítimos”, em termos de gênero e de sexualidade. Esse pacto expressa na homofobia seu sustentáculo.

Na definição de Borrillo (2001), a homofobia representa todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todas e todos que não correspondem ao ideal normativo de sexualidade.ⁱⁱ Como nos recorda Rogério Junqueira,

[...] [a homofobia] diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero. (JUNQUEIRA, 2009, p. 375).

Por fim, ao buscarmos afirmar um olhar que sustenta a sexualidade como uma questão política, de relações de poder configuradas mediante processos históricos e plasmadas em estruturas sociais contingentes, recorreremos uma vez mais a Judith Butler e assinalamos que a “matriz heterossexual” que produz valorização estanque e hierarquizada no que diz respeito ao sexo, ao gênero e à sexualidade força determinados modelos de relacionamento com uma base desvalorizadora das condutas ditas “femininas” (BUTLER, 2003). Ou seja, o que caracteriza as mulheres nas relações sociais fundadas sobre o gênero é a invisibilização e o silêncio decorrentes da negação da possibilidade de experimentar a sexualidade e a feminilidade.

Deste modo, diferentemente dos gays as lésbicas acumulam discriminações contra o gênero e contra a sexualidade. O que as caracteriza nas relações sociais fundadas sobre o gênero é o fato de serem invisíveis e silenciosas devido a sua feminilidade (CAVALEIRO, 2009). O lugar que lhes é destinado está à margem, e permanece invisível. A lesbofobia, portanto, é a soma de discriminações que se manifestam conjuntamente: a discriminação por ser mulher e a discriminação por orientação sexual.

Identities discretas: sexualidades menosprezadas

No início do diálogo realizado com professores e professoras, buscamos compreender valores, significados e percepções sobre as homossexualidades. Quando perguntamos o que escutam e pensam sobre esse assunto

“Fico confuso. Essa questão é confusa. Alguns cientistas ainda buscam a causa da homossexualidade. Também li [nessa mesma reportagem] que outros afirmavam que [a homossexualidade] podia ser entendida como uma questão psicológica e não apenas do biológico [...] também li que estão procurando uma cura”.

“Sobre homossexualidade, as causas ainda são desconhecidas, é preciso avançar muito nesses estudos, para ter segurança. Não concordo com essa questão de tratar ou buscar a cura. Acho que o sexo significa relação sexual, atração sexual entre homem e mulher [...] mas que também pode acontecer entre homem e homem e mulher e mulher [...] É meio confuso. Um assunto importante, um desafio, algo pouco discutido na escola”.

“tenha ou não causas é um assunto que deve ser tratado por todas as disciplinas, com muito cuidado”.

Os diálogos mostram a preocupação com a busca pela “causa da homossexualidade”. A esse respeito, vale lembrar a análise de John Boswell

[...] A maioria das pessoas não se pergunta pelas ‘causas’ das características estatisticamente ordinárias, como o desejo heterossexual ou o uso da mão direita; somente procuram ‘causas’ de atributos pessoais que se supõem à margem dos padrões ordinários da vida. (1998, p.73)

Quando indagamos como percebem as relações homossexuais nessa escola, uma das professoras ponderava

“algumas alunas (homossexuais) sofriam preconceitos não apenas na escola, mas também em outros ambientes, mas quando acontece na

10.4025/6cih.pphuem.447

escola é preciso fazer alguma coisa, não podemos deixar que isso aconteça”.

Fazendo referencia ao papel da escola para “*ajudar a diminuir esse preconceito*”, seguiram-se depoimentos que alertavam sobre questões que deveriam ser esclarecidas e ensinadas:

“a dificuldade que as jovens tinham para saber se era isso mesmo que queriam [uma relação homossexual] [...] é preciso ensinar e proteger essas alunas [pois] elas querem experimentar algo que está na moda”

“é isso, depois que passou aquele beijo entre duas garotas na novela [...] e se for só uma fase? [...] pode ser que daqui a pouco conheçam um menino e daí, já pensou como ficarão confusas?”

“[...] não sei se é uma fase, mas acho que elas estão fazendo isso porque viram na novela, as meninas se beijando [...] é difícil entender. Se for assim, acho que pode ser uma fase, influenciada por essa novela. Pode ser transitório entende?”

Ao conjecturarmos sobre essa ideia de fase nas análises dos depoimentos, concordamos que tanto “ser homossexual” quanto “ser heterossexual” podem ser “fases”, alinhando-se com a ideia de que “ser ou estar homossexual” (HEILBORN, 1996). Uma lógica importante para abrir novas formas de ser, o que implica reconhecer a possibilidade de descompasso entre identidade, desejo/ atração e comportamentos (práticas) sexuais, que se adota sob o prisma de orientação sexual.

Contudo, ao retomarmos alguns trechos dos relatos acima, percebemos uma nítida vinculação ao processo de heterossexualização compulsória. As falas mostravam a preocupação de “*ensinar e proteger essas alunas*”, banalizando a experiência da homossexualidade entre as garotas (“*algo que está moda*”, “*influenciada pela novela*”, “*homossexualidade transitória*”). Essa atração deveria aguardar (“*pode ser que daqui a pouco conheçam um menino e ficarão confusas*”). Afinal, se uma garota declarasse sua atração ou interesse por um garoto, seria aconselhada a “*esperar para saber se é isso mesmo*”?

Buscando apurar as informações sobre o preconceito em relação a alunos ou alunas homossexuais, indagamos se haviam presenciado alguma cena com meninas que namoram meninas e também solicitamos que buscassem recordar se tal fato suscitara alguma reação.

Ao comentar a exposição pública de afeto (*beijos entre namoradas*) uma das professoras expressava, contraditoriamente, sua recusa: *“Tudo bem! Eu não tenho nada contra, mas posso dizer sinceramente, é esse comportamento, a postura [das meninas que beijam outras meninas] é algo que choca”*.

A estratégia de separar pessoas das suas posturas e comportamentos resulta em dizer que o controle da homossexualidade repousa sobre silêncios impostos e sobre a dissimulação forçada,

[...] que busca seu vetor, sobretudo no sentimento de culpa e de inferioridade que não pode deixar de ser produzido pela inscrição nas consciências individuais da clivagem entre o que se é e o que se pode fazer, entre o que se é e o que se pode dizer (ERIBON, 2008, p.70).

Essa observação é confirmada por outros estudos que procuram explicar o processo de ocultamento de determinados sujeitos, flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola sobre a discriminação, exclusão e o controle da homossexualidade. Permite-se, por meio da negligência, que a experiência educacional de tais estudantes se transforme num verdadeiro “inferno”, relegando-os (as) a um não lugar (RAMIRES NETO, 2006).

Outros relatos incluíram a lembrança da cena do beijo entre duas garotas que ocorrera na escola, e as reações que foram desencadeadas. Uma vez mais concorre o discurso da *“proteção à homossexualidade”* de

“duas meninas, que se beijavam no pátio da escola e foram chamadas na sala da coordenadora para conversar sobre o que seria feito. [...] para protegê-las [...] evitar que sofressem com tal exposição, pois isso era um exagero”. (Professora)

A suposição da heterossexualidade constitui, por si só, uma violência simbólica cotidiana contra aqueles e aquelas que não partilham desse sentimento presumidamente comum. A sexualidade não-heteronormativa se constituiu em um “problema” na medida em que as garotas requisitavam visibilidade e pertencimento social.

“foram chamadas para uma conversa e dissemos: quando vocês duas decidem dar um beijo na boca, vocês sabem que não vão mais passar pelo corredor, despercebidas, todas vocês serão apontadas, faladas. Então o que vocês querem (é) uma vida normal? Vocês querem chamar atenção, vocês querem viver o amor de vocês da forma que acham que devam? Essa atitude vai fazer com que fiquem procuradas e faladas aqui dentro.” (Professora)

10.4025/6cih.pphuem.447

Sob uma vigilância constante a homossexualidade é a marca para que fiquem “*procuradas*”, “*apontadas*” e “*faladas*”, ou seja, encontra-se aí o preconceito, a estigmatizaçãoⁱⁱⁱ e a negação das relações entre as garotas. Trata-se de episódio flagrante de lesbofobia.

Quando conversamos com uma garota que afirmava ter uma namorada na escola, a temática da proibição do beijo também esteve presente. Em sua entrevista declarou:

“a gente estava na sala de aula e chamaram a gente porque a gente tava brincando [...] e não estava nem se beijando, eu estava brincando com ela [a namorada] e aí uma das inspetoras viu e ficou nervosa, falou que a gente estava com baixaria na escola. Aí levou a gente pra direção, e eu comecei a observar os namoros das meninas com os meninos, e eu vejo que acontecem muitas coisas e a escola não está nem aí [...] mas, comigo, já prenderam até minha carteirinha aqui na escola, da primeira vez que eu fui chamada na direção”. (Gabriele, 17 anos)

No relato da garota, reconhece-se uma recusa da homossexualidade, quando reivindica publicamente sua equivalência à heterossexualidade. Não nos é difícil perceber a “sexualidade menosprezada” (FRASER, 2001, p. 257) arraigada na estrutura cultural – valorativa da sociedade. O olhar reprovador determina o conjunto de gestos de carinho entre parceiros homossexuais, ao passo que os mesmos gestos são encorajados e estimulados em sua forma heterossexual.

A imposição da heteronormatividade cria permissões e proibições. Percebíamos em outras narrativas, esses significados embaralhados:

“Tenho vergonha e ao mesmo tempo tenho vontade de conversar com as meninas na escola sobre aquilo que sinto. Mas acho que isso não é visto como algo normal [...] Eu fico na minha [...] às vezes disfarço um pouco [...] Quando a gente é tratada assim por alguém a gente sente no ar. É pior que bater.” (Isabele, 17anos)

“quando as pessoas olhavam para mim com uma expressão [...] sentia um olhar que vinha para mim [...] a pessoa está dizendo que não se conforma. Esse jeito eu percebo não apenas pelo tom de voz, também pelo olhar, pelo gesto [...] Também parecia que tinha uma doença contagiosa, que não podia falar de muito perto que ou você vai agarrar a pessoa ou ela vai pegar essa doença. Era essa a reação que eu percebia pelo olhar diferente. Essa reação é algo parecido como nojo. Algo nojento é muito forte, não é? Embrulha o estômago” (Cristália, 17 anos)

Enfim, nesses depoimentos evidenciamos que o processo de socialização da sexualidade das garotas consistia em dizer-lhes o tempo todo que deveriam aceitar não “perturbar” a ordem sexual vigente na esfera pública escolar e que, sobretudo,

deveriam ser “discretas” evitando a expressão dos afetos. A lesbofobia revelava seus efeitos e determinava o lugar das garotas na posição de abjetas (*“algo nojento é muito forte, não é?”*). A invisibilidade e a dissimulação forçada cumpriam sua função: zelar pela experiência da sexualidade valorizada, normatizada.

Considerações finais

No exercício de reflexão aqui empreendido, buscamos trazer para o debate a temática das relações homossexuais entre garotas, num determinado contexto sociopolítico: uma escola de ensino médio. Ao analisarmos as maneiras pelas quais as garotas vivenciam as interações, a sociabilidade e constroem suas experiências no ambiente escolar, destacamos a hegemonia da heterossexualidade que resulta numa imposição da heteronormatividade e constitui um contexto que constrange todos os indivíduos cuja experiência não pode ser descrita nem explicada por ela.

Evidenciamos que as garotas experimentam constrangimentos e violências cotidianas sobre quem se anunciam ser no campo sexual. As dissimulações, a invisibilidade forçada, determinam a obrigação de rejeitar em si mesmas seus sentimentos e negar seus desejos. O preconceito, a estigmatização e a discriminação sustentam uma ordem de interação, bloqueando a expressão pública dos afetos das garotas, negando-lhes direitos e proteção igual. Negações fundamentais de reconhecimento.

Para Nancy Fraser, não ser reconhecido não é simplesmente ser desaprovado, ser olhado com desdém ou desvalorizado nas atitudes, crenças ou representações dos outros. Implica na existência de modelos institucionalizados de valores culturais - que regulam a interação social - e não permitem a participação de um sujeito ou grupo como igual na vida social (FRASER, 2008).

Em última análise, remetemo-nos a Rogério Junqueira (2010, p.224) lembrando que “[...] o preconceito e a discriminação contra lésbicas e a lesbiandade parecem figurar entre as menos perceptíveis formas de heterossexismo e homofobia, inclusive nas escolas”.

Nessa direção, Jules Falquet esclarece que a irrelevância da expressão do desejo sexual das mulheres “[...] tem acompanhado os avanços e retrocessos da

situação das mulheres” (FALQUET, 2004, p. 38) e são dependentes da forma como cada sociedade articula as noções do que é ser homem, ser mulher e suas interconexões com a sexualidade. Ainda a esse respeito, Tania Navarro-Swain adverte que o silêncio não é obra do acaso, mas algo produzido na história e com propósitos deliberados “[...] para melhor apagar, para melhor esquecer, para conjurar o perigo daquelas que escapam à norma de uma heterossexualidade tão ‘natural’ e evidente”. (SWAIN, 2007, p.14).

Concordando com o autor e as autoras, também entendemos que as garotas homossexuais fazem parte de um campo de disputa que permanece silenciado. Não excluído, pois tanto o silêncio quanto a invisibilidade forçada estão longe de ser uma forma menos grave de discriminação. Também não devem ser confundidos como sinal de ausência, mas de algo ainda inferiorizado e não reconhecido.

Referências

ANDRÉ, Marli E. D. Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

_____. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOSWELL, John. **Cristianismo, tolerancia social y homosexualidad**. Barcelona: Muchnik Editores, 1998.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALEIRO, Maria Cristina. **Feminilidades homossexuais no ambiente escolar: ocultamentos e discriminações vividas por garotas**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. **Sexualidades e institución escolar**. Madrid: Morata, 2000.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FALQUET, Jules. Breve reseña de algunas teorías lésbicas. In: LAGO, Mara C. de S.; GROSSI, Miriam P.; ROCHA, Cristina T. da C.; GARCIA, Olga R. Z.; SENA, Tito. (orgs.) **Interdisciplinaridade em diálogos de gênero**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004. p.19-47.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: Sarmento, Daniel e Piovesan, Flávia. (orgs.). **Igualdade, diferença e direitos humanos** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. p. 167-190.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. (orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 136-145.

_____; M. L.; BRANDÃO, E. R. Ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 7-17.

JUNQUEIRA, Rogério D. ; CHAMUSCA, Maria Adelaide; HENRIQUES, Ricardo. **Gênero e diversidade sexual na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 367-444.

_____. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.2, n.2, pp.208-230, Setembro de 2009 a Março de 2010. In: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em 05/09/2012.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero, **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, pp.9-41, 2000.

RAMIRES NETO, L. **Habitus de gênero e experiência escolar**: jovens gays no Ensino Médio em São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RICH, Adrienne. Heterossexualidad obligatoria y existencia lesbiana. In: Sangre, pan y poesía: prosa escogida: 1979-1985. **Icaria**: Barcelona, 1986. p. 41-86.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

SWAIN, Tania Navarro. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri R.S.; SOUZA, Nádia Geisa S.; GOELLNER, Silvana V.; SOUZA, Jane Felipe. (Orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade** - discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

VIANNA, Cláudia Pereira. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: das ações coletivas aos planos e programas federais. 2011. Tese (Livre Docente. Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ⁱ O universo estudado se restringiu em uma escola pública do ensino médio, localizada na periferia da cidade de São Paulo. Atendendo às normas e diretrizes éticas para pesquisas firmaram-se cuidados de sigilo (os nomes das meninas que aparecem neste artigo são fictícios), assim como foram obtidos os termos de consentimentos para realização de entrevistas. Esse momento da trajetória da pesquisa, cujos procedimentos assumiram diferentes formas, consta da parte intitulada *Ética: reflexões e decisões quanto ao termo de consentimento “livre e esclarecido”* (CAVALEIRO, 2009, p.88-93).

ⁱⁱ Em sua origem o termo homofobia possui fortes traços do discurso clínico e medicalizante. Segundo Daniel Borrillo, a invenção do termo foi de Kenneth T. Smith no ano de 1971, como parte de um artigo publicado sobre a tentativa de compreender o funcionamento de uma personalidade homofóbica. No ano seguinte, 1972, o psicólogo George Weinberg, definiu homofobia como “[...] o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo” (BORRILLO, 2010, p.21). Paulatinamente, o termo foi adquirindo novos contornos semânticos e políticos. A esse respeito, Rogério Junqueira analisa que mais recentemente, sem abandonar o conceito, mas buscar conferir-lhe outra espessura, a tônica deixa de ser posta na “fobia” e em “modelos explicativos centrados no indivíduo” e passa a ser de reflexão, crítica e denúncia contra comportamentos e situações que poderiam ser mais bem abordados em outros campos: o cultural, o educacional, o político, o institucional, o jurídico, o sociológico, o antropológico (JUNQUEIRA, 2007).

ⁱⁱⁱ De acordo com Erving Goffman (1978:15) “[...] o estigma é uma construção social cuja finalidade é expor a inferioridade dos indivíduos e o risco que apresentam, visto que opõe o estigmatizado aos considerados normais”.